

ESTUDOS
Sociedade e Agricultura

Estudos Sociedade e Agricultura

ISSN: 1413-0580

estudoscpda@gmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil

Grisa, Catia; Tecchio, Andréia; Chechi, Leticia Andrea; Sabourin, Eric
As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade
Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 28, núm. 1, 2020, Fevereiro-Maio, pp. 78-108
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-4>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599962750004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFRJ
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Catia Grisa¹ 
Andréia Tecchio² 
Leticia Andrea Chechi³ 
Eric Sabourin⁴ 

As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade

DOI: 10.36920/esa-v28n1-4

Introdução

Embora com uma trajetória “tardia de incorporação à economia nacional” (CORAZZA, 2016, p. 1), a região do Oeste de Santa Catarina tem passado por intensas mudanças, sobretudo desde a década de 1950, quando o setor agroindustrial começou a despontar como importante atividade econômica. De uma região relativamente isolada da economia nacional, passamos a uma região moderna (GIDDENS, 1991), mergulhada em relações capitalistas, embasada na ciência e na tecnologia, e articulada e influenciada por dinâmicas globais. Com efeito, Mior (2005, p. 78) caracteriza a região como “polo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor de carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar”. Por sua

¹ Professora nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com.

² Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br.

³ Doutorado em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Professora colaboradora no Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/UDESC). E-mail: leticia.chechi@udesc.br.

⁴ Doutorado em Antropologia e Etnologia pela Université de Paris VII, França. Pesquisador titular em Antropologia e Sociologia Rural do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement – CIRAD, Umr ART-Dev, MUSE. E-mail: eric.sabourin@cirad.fr.

vez, Dorigon e Renk (2011) afirmam que se trata do maior complexo agroindustrial de derivados de suínos e aves da América Latina.

Este processo foi fruto do protagonismo e empreendedorismo dos atores sociais e também da “mão visível” da “ação pública”, entendida como o “conjunto de efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes, resultantes de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas decisões políticas” (LAGROYE; FRANÇOIS; SAWICKI, 2002, p. 501). Mais do que o Estado isolado,⁵ foram as interações entre vários sujeitos (Estado, sociedade civil e mercado), e em vários níveis (nacional, estadual e municipal), que integraram a região à modernidade. A pluralidade de atores, a fragmentação dos lugares de poder e as interações (mais ou menos conflituosas) perpassaram diversas estratégias e produziram mudanças no sentido de tornar a região produtiva economicamente e integrada à dinâmica global. Mior (2005) e Ferrari (2003) destacam que uma aliança entre as unidades familiares de produção, o setor agroindustrial privado e o Estado conduziram este processo. Ferrari (2003, p. 33) enfatiza que “a expansão e a hegemonia do capital agroindustrial na região e no estado de Santa Catarina, não foi construída pela ‘mão invisível’ do mercado, mas sim foi socialmente construída, fruto do potencial produtivo da agricultura familiar ali estabelecida e dos interesses do Estado capitalista” (FERRARI, 2003, p. 33).⁶

A modernidade, a ciência, a tecnologia e a separação do tempo e do espaço, características da globalização, provocaram diversas mudanças nas práticas produtivas e alimentares⁷ e na vida das famílias rurais. Novos produtos, técnicas, atividades, processos e alimentos passaram a

⁵ Em oposição ao modelo clássico de política pública que considera o Estado centralizado, atuando a partir e sobre setores bem definidos e delimitados, cresce na França a noção de “Ação Pública”, que compreende as ações das instituições públicas e aquelas de uma pluralidade de atores (públicos e privados e/ou vinculados à sociedade civil ou a esferas estatais) agindo em conjunto no nível nacional e local para a produção de formas de regulação da ação coletiva (HASSENTEUFEL, 2008; LASCOUMES; LE GALÈS, 2009; MASSARDIER, 2008).

⁶ Longe da modernidade e da globalização implicar Estados-nações menos soberanos e na emergência do “estado mundial” ou de organizações intergovernamentais, o Estado continua presente e promovendo o capitalismo e a modernidade. De acordo com Giddens (1991), a construção do Estado-nação, desde o início, se deu pela interação e dependência com outros Estados, e foi a atuação desses que conduziu a uma nova ordem internacional (globalização). Como afirma o autor (1991, p. 68), “se o capitalismo foi um dos grandes elementos institucionais a promover a aceleração e expansão das instituições modernas, o outro foi o Estado-nação”.

⁷ A partir da teoria das práticas (SCHATZKI, 2015; WARDE, 2013) e da antropologia da alimentação (BEBER; GASTAL; MENASCHE, 2018; WEDIG; MENASCHE, 2013), compreendemos práticas como ações conectadas por meio da inteligibilidade prática dos indivíduos (o que faz sentido para o indivíduo fazer o que faz e do modo que faz), nas quais os indivíduos e seus coletivos se engajam. Por sua vez, práticas produtivas e alimentares dizem respeito às práticas agrícolas e de criação de animais (produção diversificada, especialização, produção integrada, agroecológica etc.), às práticas de aquisição (produção para o autoconsumo, aquisição em mercados etc.) e de preparação dos alimentos (consumo *in natura*, agroindustrialização etc.).

fazer parte do cotidiano das famílias rurais, colocando-as diante de novos desafios, opções e condições (financeiras, socioeconômicas) de acesso a esses produtos. Por um lado, observamos aumento da produção e da produtividade, tecnologias que facilitam o trabalho e diminuem a penosidade, e melhores resultados econômicos. Por outro, notamos a “concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional” (MIOR, 2005, p. 78), sujeição dos agricultores ao uso de insumos químicos, perda da biodiversidade, e aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados. Assim,

a modernidade (...) é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual. (GIDDENS, 1991, p. 16)

Diante desse contexto e destoando de “um padrão tecnológico homogêneo” que vinha sendo delineado até os anos 1970/80 (MIOR, 2005), novas estratégias de desenvolvimento rural passaram a ser construídas, várias delas emergentes a partir da crítica à modernidade e à modernização da agricultura. A insegurança, os perigos e os riscos derivados do conhecimento organizado, do progresso técnico, da industrialização e da globalização (BECK, 1997; GIDDENS, 1991) fizeram emergir práticas no âmbito da produção, comercialização e consumo, propondo alternativas ao padrão tecnológico que vinha sendo estabelecido. Estas práticas perpassam a produção agroecológica, a agroindustrialização familiar pautada em outros atributos de qualidade (colonial, artesanal, familiar etc.), o resgate de sementes e produtos tradicionais, a comercialização em circuitos curtos, o fortalecimento da produção para o autoconsumo e a busca por alimentos saudáveis.

“Velhos” (agricultores familiares que reavaliaram suas práticas produtivas e alimentares) e “novos” atores (movimentos sociais, organizações privadas e não governamentais), em conjunto com o Estado, ampliaram sua presença e importância na região e atuaram na construção de práticas de produção e de consumo alternativas àquelas hegemônicas nos anos 1960/70. Chama a atenção, deste modo, que a ação pública, ainda que subjugada a novas configurações políticas (abertura política, democratização e governos de esquerda), passou a atuar, concomitante e por vezes, contraditoriamente, no respaldo e na crítica à modernidade. Se a modernidade tem dois gumes, ela (em suas distintas “faces”) encontra estímulo e legitimidade na ação pública para o desenvolvimento rural.

O objetivo deste artigo consiste em analisar a trajetória da região

(particularmente Chapecó e municípios fronteiriços), destacando a influência da ação pública nas práticas produtivas e alimentares das famílias rurais. O foco consiste em verificar como a ação pública promoveu a modernidade (com repercussões na produção e no consumo das famílias rurais) e como ações e políticas públicas mais recentes reforçam ou delineiam novos padrões e trajetórias de desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, também influenciam práticas produtivas e alimentares. Em um primeiro momento, o artigo reconstrói a trajetória mais longa da ação pública e o percurso de busca da modernidade, evidenciando mudanças sociais e nas práticas produtivas e alimentares das famílias rurais. Em um segundo momento, o artigo explora as alternativas à modernidade que foram sendo delineadas e, igualmente, o papel da ação pública nesse processo e seu eventual efeito sobre as práticas alimentares. Uma terceira seção apresenta reflexões sobre a atuação heterogênea do Estado, mesmo se tratando de políticas específicas para a agricultura familiar.

É importante ressaltar que este trabalho resulta de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo, sendo esta última realizada em duas etapas no primeiro semestre de 2018. Na primeira etapa foram feitas 13 entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e mediadores de sete organizações atuantes na região. Também foram organizados dois grupos focais, abordando as temáticas de “Práticas agrícolas, governança e segurança alimentar e nutricional das famílias rurais no Oeste Catarinense” e “Cardápios, acesso aos alimentos e sistemas alimentares em Chapecó”. Cerca de 25 pessoas estiveram envolvidas nesses grupos focais, sendo elas vinculadas à Epagri, universidades, movimentos sociais, cooperativas, organizações mediadoras e à agricultura familiar da região.

Na segunda etapa da pesquisa de campo foram aplicados 49 questionários a estabelecimentos da agricultura familiar, localizados em Chapecó e nove municípios vizinhos (Arvoredo, Seara, Paial, Nova Itaberaba, Coronel Freitas, Planalto Alegre, Xaxim, Cordilheira Alta e Guatambú). Com o apoio da Epagri, a seleção desses estabelecimentos procurou contemplar a diversidade da agricultura familiar da região (integração às agroindústrias, produção de grãos e leite no sistema convencional, produção agroecológica, acesso aos mercados institucionais, famílias em situação de vulnerabilidade com ou sem apoio de políticas de transferência de renda; famílias multi e monolocalizadas).⁸

⁸ O conceito de família multi ou plurilocalizada faz referência a configurações de dispersão residencial e/ou produtiva. Famílias multi ou plurilocalizadas são aquelas em que um ou mais membros residem fora da unidade familiar rural (domicílio rural ou estabelecimento), mas participam da reprodução socioeconômica da família e com ela compartilham recursos monetários e alimentares. No que concerne aos recursos alimentares, considera-se os casos em que a família reconhece que produz alimentos para membros que residem fora da unidade familiar rural e/ou reconhece que parte de sua alimentação vem de membros que residem fora.

As entrevistas foram transcritas e os dados dos questionários analisados em programa Excel.

O longo processo de modernização conduzido pela ação pública

A formação socioeconômica do Oeste de Santa Catarina resulta de uma longínqua e peculiar história, sendo uma das características principais “seu longo isolamento e sua tardia incorporação à economia nacional” (CORAZZA, 2016, p. 1). Inicialmente, a região esteve ocupada por indígenas Xoklengs e Kaigangs, os quais a partir do século XVII passaram a ser escravizados, dizimados e repelidos pelos bandeirantes paulistas e, no século XVIII, foram sendo gradativamente expropriados dos seus territórios em virtude da distribuição de terras pelo sistema de sesmarias. Para os indígenas, a floresta era o espaço de caça e coleta que servia como base da alimentação. Os principais produtos coletados eram o pinhão, a erva-mate e as frutas nativas. Também cultivavam a terra com variedades de milho e goiabeira serrana, entre outros. As atividades extrativistas eram prioritárias, enquanto os cultivos eram realizados de forma secundária (KLANOVICZ, 2009). Seus modos de vida e suas práticas de cultivo e alimentares tradicionais foram considerados primitivos diante da modernidade europeia emergente. Exceto pela mão de obra, pouco contribuíam ao projeto colonizador da ação pública (CORAZZA, 2016; POLI, 2006; D’ANGELIS, 1995).

Por muitos anos, o Oeste de Santa Catarina foi apenas corredor de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, caminho por onde passava o gado dos campos gaúchos para alimentar os trabalhadores do café e da mineração (CORAZZA, 2016). No século XVIII, visando ocupar o território e contribuir no abastecimento da região Sudeste, a Coroa Portuguesa fez concessões de terras a fazendeiros que passaram a explorar as áreas de campo com a pecuária.

O aprofundamento da exploração do território, “saindo dos campos em direção às matas” (CORAZZA, 2016, p. 4), ocorreu com os caboclos e com a exploração da erva-mate. Formada pela miscigenação entre brancos luso-brasileiros, índios e ex-escravos, a população cabocla passou a ocupar (de forma nômade) as zonas das matas, ao longo do caminho das tropas, e a explorar a erva-mate (GOULART, 2009; D’ANGELIS, 1995). Para essa etnia, a família ampla era a sua base associativa, que incluía o sistema de ajuda mútua. Já a lógica da agricultura era o sustento da família por meio da caça, pesca, coletas e extrativismo de erva-mate e de madeira. Na entressafra da erva-mate, se dedicavam à lavoura e à criação de animais para o consumo doméstico. As terras por eles ocupadas eram divididas e nominadas em terras de plantar e de criar. As terras de plantar situavam-se longe da casa e a lavoura era feita mediante a derrubada da mata com posterior queima e plantio nas cinzas. Esse processo se repetia a cada

safra e a parcela anterior era abandonada, transformando-se em capoeira. Essa forma de cultivar ficou conhecida como “sistema brasileiro” ou “sistema de pousio”. As terras de criar ficavam na proximidade da casa e eram destinadas a animais domésticos, como galinhas, porcos, bovinos e cavalos (RENK, 2006).

Diante da concorrência e investidas da Argentina na região em busca da erva-mate, em meados do século XIX, o governo brasileiro instalou em Chapecó, uma Colônia Militar. No entanto, esta não logrou êxito em termos de ocupação e resultados econômicos e, logo no começo do XX, o governo estimulou a colonização com descendentes de imigrantes europeus instalados no Rio Grande do Sul. Em sua avaliação, a ocupação do território até então, feita por grupos sociais diversos (índios, caboclos e fazendeiros), teria sido pouco eficiente (CORAZZA, 2016). Com poucos atrativos ao projeto de colonização e de desenvolvimento, sobre os caboclos “pairava má reputação, pois eram vistos como briguentos, violentos, encenqueiros etc.” (DORIGON; RENK, 2011, p. 103). Para além da questão racial (os brasileiros, os “sem” origem), tratava-se de “um outro sistema”, “outro mapa cognitivo”, cujas práticas costumeiras e finalidades (principalmente subsistência), “com direito ao ócio e à perda do tempo”, destoavam daquelas do colonizador (DORIGON; RENK, 2011).

Na passagem do Império para a República, visando integrar o território nacional, articular o Brasil aos países vizinhos e produzir progresso, desenvolvimento e civilização (CORAZZA, 2016; GOULART, 2009), o governo brasileiro começou a construção de uma ferrovia que, cruzando o Oeste de Santa Catarina, ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. A construção da ferrovia São Paulo–Rio Grande, iniciada em 1887, era um símbolo da modernidade desejada pelas autoridades brasileiras e catarinenses da época (VALENTINI; RADIN, 2011). Neste processo, foi concedida à iniciativa privada a construção da ferrovia, a exploração da madeira e a colonização de faixas de terra e mata de 15 quilômetros de cada lado dos trilhos. A ela também cabia “a limpeza da área, que consistia na retirada dos caboclos intrusos que habitavam a região” (POLI, 2001, p. 27). Deste modo, se a ferrovia trouxe o início do progresso e da modernidade, ela também “transportou” miséria, contradições e conflitos, sendo emblemática a Guerra do Contestado (1912 a 1916). Para Corazza (2016, p. 10), os trilhos do trem levaram a “decomposição da economia de subsistência, o extermínio dos indígenas e a marginalização dos caboclos, que habitavam aquele território, rompendo os antigos métodos de exploração do território e do trabalho e inserindo a relação de propriedade privada da terra e o trabalho assalariado na região”.

A colonização do Oeste, iniciada efetivamente após a Guerra do Contestado, se intensificou a partir de 1940. Colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães, italianos e poloneses, traziam na bagagem

modos de vida, de trabalho, e práticas de produção e de alimentação distintos daqueles até então prevalentes (DORIGON; RENK, 2011). O sistema fundiário implementado foi baseado em minifúndios, com aproximadamente 24 hectares cada, e os colonos estabeleceram um sistema produtivo diversificado. Novos produtos e atividades passaram a ser realizadas na região. Nos primeiros anos, em virtude das dificuldades das vias de acesso e da “pálida presença do Estado” (DORIGON; RENK, 2011), predominou a agricultura de subsistência, com dificuldades de acesso aos mercados. Os produtos comercializados pelos colonos eram “praticamente, o mel, a banha e/ou toucinho de porco e feijão. Os recursos obtidos destinavam-se à aquisição especialmente do açúcar, do sal, do querosene, roupas e alguns poucos produtos de primeira necessidade” (POLI, 2001, p. 28). Uma ampla gama de produtos era produzida e consumida (*in natura* ou processada): pães, bolachas, conservas de hortaliças, frutas, geléias, melado, rapadura, derivados do leite e da carne suína, e outros (DORIGON; RENK, 2011). Com a abertura de diversas estradas estratégicas para a comercialização e a necessidade de acumulação, especialmente para a compra de terras (FERRARI, 2003), a inserção aos mercados foi aprofundada e alguns produtos passaram a ser destinados quase exclusivamente ao mercado, em permanência com a produção para autoconsumo (arroz, trigo, mandioca, ovos etc.). A produção suína logo ganhou destaque, acompanhada pela produção de aves, leite e fumo, dando origem às grandes empresas do complexo agroindustrial característico atualmente da região (MIOR, 2005).

Nos anos 1960 e 1970, uma convergência de interesses entre produção agrícola familiar, agroindústrias estabelecidas e o Estado levou à modernização das atividades, não sendo raras as situações em que representantes de grandes grupos agroindustriais da região ocuparam cargos públicos, particularmente em âmbito estadual (MELLO, 2009; MIOR, 2005; FERRARI, 2003). Ampliação da produção, da produtividade e das inovações tecnológicas constituía uma demanda proeminente na agropecuária. Contribuindo neste processo, o Estado ofertou crédito rural subsidiado; criou o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves visando à modernização da suinocultura e avicultura na região; criou a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Ascaresc), que cedeu extensionistas para atuar na Associação Catarinense de Produtores Suínos visando à introdução de novas linhagens de suínos (MIOR, 2005); e concedeu incentivos (federais e estaduais) para a instalação de diversas empresas (OLIVEIRA, 2016). Com efeito, “o desenvolvimento agroindustrial catarinense esteve articulado ao movimento geral da política nacional, num contexto de políticas de apoio à formação, consolidação e expansão dos diferentes complexos agroindustriais, buscando competitividade internacional” (FERRARI, 2003, p. 33). A ação

pública foi colocada a serviço da modernização das práticas de produção de suínos e de aves.

No início dos anos 1980, “a maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo através da produção de suínos” (MIOR, 2005, p. 86). Até esse momento, a inserção dos agricultores na agroindústria se caracterizava pelo ciclo completo, e eles gozavam “de relativa autonomia no processo decisório, já que podiam organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores” (MIOR, 2005, p. 86). No entanto, com o aumento da produção e da competitividade das empresas, a produção passou a ser organizada de modo especializado (parte dos produtores cuida da criação dos leitões, e outra parte do crescimento e da terminação) e “dá lugar a um intenso processo de seleção/concentração/exclusão de suinocultores familiares” (MIOR, 2005, p. 87). Dos estabelecimentos integrados demandou-se mais tempo dedicado à atividade e maior especialização. A produção integrada de aves seguiu dinâmica similar, implicando ainda a eliminação da criação de aves domésticas para o autoconsumo. Concentração da produção, migração para outras atividades produtivas e êxodo rural e agrícola, especialmente de jovens, passaram a marcar a trajetória da região.

Para além das atividades integradas (suínos, aves e fumo), a produção agrícola dos estabelecimentos também se modernizou. Novos produtos (sementes geneticamente melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos etc.), novos equipamentos (tratores, maquinários) e novas técnicas produtivas (espaçamento entre linhas, rotação de culturas, especialização etc.) foram inseridos na produção de milho, soja, trigo, arroz etc. (KAGEYAMA *et al.*, 1990). Aqui também o ensino agrônomo, as políticas de assistência técnica e extensão rural, a pesquisa agropecuária, o crédito rural e o seguro agrícola foram fundamentais como propulsores das mudanças nas práticas produtivas. No entanto, dificuldades de seguir este padrão tecnológico igualmente confluíram para os movimentos de exclusão social e saída do meio rural.

A partir da crise econômica que se intensificou no país na metade da década de 1980, muitos agricultores familiares passaram a ter dificuldades para garantir a sua reprodução social, já que os retornos econômicos das atividades se reduziam, os pequenos lotes não eram mais passíveis de divisão e os preços elevados das terras dificultavam o acesso a elas. Nesse contexto, se intensificou o êxodo em direção aos principais núcleos urbanos e novas áreas agrícolas, principalmente no Centro-Oeste do Brasil (ROVER, 2009; MEDEIROS, 1989).

De acordo com Oliveira (2016), as agroindústrias foram o motor básico da urbanização de Chapecó, tornando o município um polo e referência regional. A oferta de empregos nas agroindústrias e o êxodo rural

levaram a um crescimento brusco da população total e urbana. Entre as décadas de 1970 e 1980, a população do município passou de cerca 50 mil para quase 84 mil habitantes, sendo que a população urbana quase triplicou neste período (FUJITA, 2013). Em 1970, 59% da população situavam-se na área rural e, em 1980, este percentual já tinha sido reduzido para 34% (FUJITA, 2013).

Todas essas mudanças passaram a interferir na maneira como os agricultores familiares produziam e consumiam. Em um novo contexto, com outros estímulos, além de mudanças organizativas (especialização) e nas técnicas produtivas (mecanização, uso de agrotóxicos e outros produtos químicos), novos produtos passaram a serem cultivados e novos alimentos consumidos. Depoimentos como esse a seguir são recorrentes nas reflexões dos agricultores e representações sociais da região:

Até anterior à década de 1990, os agricultores produziam muito mais diversidade, de forma manual, utilizando os insumos que se tinha na própria propriedade, as sementes crioulas e, depois disso, os técnicos vieram dizer que isso que eles faziam era atrasado, que deveriam modernizar a agricultura, produzir em grande escala pra comercializar, que, aí sim, ia ter grande lucro, grandes rendas. Aí os agricultores, muitos camponeses deixam, perdem a cultura, o hábito de produzir a diversidade de alimentos pro autoconsumo (...). (Depoimento Grupo Focal, representante de movimento social)

Confluentes nesta interpretação, dos 49 questionários aplicados, 45 indicam que a geração dos pais dos entrevistados produzia produtos distintos e de modo diferenciado daqueles presentes hoje na agricultura familiar. “Antes era tudo braçal”, “antigamente era com batedor, agora tudo é com máquina”, “plantavam de tudo” (em uma alusão de que era bastante diversificado e que hoje seria diferente), “produziam tudo, não compravam nada” são algumas das expressões que descrevem as mudanças no modo de produzir e viver entre os pais dos entrevistados e os entrevistados. Similarmente, arroz, feijão, açúcar mascavo, batatinha (“coisa rara atualmente”), milho crioulo, trigo crioulo, cebola, mandioca, leite, mel, criação de animais como cabra, ovelha, galinha caipira, suínos, dentre outros, são mencionados como alimentos que eram cultivados e/ou criados por seus pais, e que não são mais cultivados/criados pelas famílias.

Em termos de práticas produtivas e alimentares, ainda que presente, a produção para autoconsumo foi minimizada em função das atividades comerciais. O depoimento abaixo é emblemático neste sentido:

A partir da Revolução Verde e com a instalação das grandes empresas integradoras na região, a importância da produção do autoconsumo, ela ficou deixada em segundo ou terceiro plano. Então... você tem que se especializar naquela produção e fazer bem feito aquilo lá... você tem que trabalhar no aviário para fazer com

que renda, o dinheiro lá... você não precisa trabalhar na horta para ter o seu produto, você pode pegar o dinheiro do aviário e comprar o produto. Essa forma da industrialização no meio rural, da transformação do alimento em commodities, fez com que o meio rural não desse tanta importância para produção de autoconsumo e aí se deixou muito... tem propriedades, hoje que tu não acha uma horta, um pé de mandioca... então foi deixado tudo para segundo plano...(Depoimento Grupo Focal, representante de cooperativa da agricultura familiar)

Essas mudanças no “lugar” da produção para autoconsumo na reprodução social das famílias também impactaram no consumo de alimentos destas. O consumo de alimentos naturais e coloniais foi minimizado em detrimento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, adquiridos via mercados. Passou-se a ter

um consumo maior, então, desses produtos industrializados, processados, alterando essa alimentação nas comunidades rurais, e aí, por um outro lado, uma diminuição do consumo dos produtos naturais, das frutas, das hortaliças, dos produtos caseiros, feitos de forma artesanal. A gente vê muito lá no meio rural, o pão francês lá nas mesas, o refrigerante, os sucos industrializados. (...) começa aparecer o uso do diet lá, o uso do light lá, (...), usando adoçante, usando aspartame, usando assim, coisas que a gente não via no meio rural há um tempo atrás, aí açúcar mascavo deixado de lado, e aí esses outros produtos que na minha opinião bem particular, não agregam em nada na saúde. (Depoimento Grupo Focal, nutricionista, assistência técnica e extensão rural pública)

Com efeito, quando questionadas se fazem compras nos mercados da comunidade ou da cidade mais próxima, 46 das 49 famílias entrevistadas responderam que vão ao mercado regularmente, mensalmente, a cada 15 dias e, em alguns casos, semanalmente. Três famílias (cujas características socioeconômicas são mais precárias) responderam que fazem as compras ocasionalmente. Observamos uma gama diversa de produtos adquiridos por essas famílias, como os produtos de higiene e limpeza, salsicha, macarrão, enlatados, refrigerante, sal, açúcar, óleo, leite, nata, ovos, banha, frutas e carnes.

Segundo os entrevistados, diversos fatores contribuíram (e continuam contribuindo) para essas mudanças nas práticas produtivas e de consumo. Tais fatores perpassam a mudança tecnológica na agricultura; a prioridade para os produtos comerciais e a “matematicalização” da agricultura;⁹ a diminuição da força de trabalho disponível nos

⁹ De acordo com depoimento (...) e aí entra o fator que eu queria colocar. Um dos fatores que tem feito essa mudança [mudanças produtivas e na alimentação no meio rural] é a “matematicalização” da agricultura: fazendo as contas, deixa de fazer dez coisas e faz só uma bem feita e veio vindo isso... aí é política pública, extensão rural, não só a dos municípios, do estado, mas as execuções financeiras operando dinheiro à vontade (depoimento Grupo Focal, representante de cooperativa da agricultura familiar).

estabelecimentos (redução do número de filhos e êxodo rural destes); a sobrevalorização do urbano e a publicidade do urbano/industrial; a política de agroindustrialização que privilegia a qualidade industrial em detrimento da colonial; as políticas de promoção do acesso aos alimentos (caso da alimentação escolar) que, por muito tempo (presente em alguns casos ainda), estimularam o consumo de alimentos industrializados; e as proibições do sistema de integração de aves no que concerne à presença de outras aves domésticas. A urbanidade e

a modernização, introduzidas em toda a região Oeste de Santa Catarina a partir da década 1970, transformaram o “espaço natural” e romperam com a sociabilidade tradicional, integrando a região aos circuitos internacionais da economia. (...) O desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, a interação com outros espaços, a preocupação do Estado e, ainda, o fascínio do capital (agroindústrias) pela região na qual pudesse espalhar seus interesses implantaram a denominada modernidade tecnológica. (TEDESCO; EIDT, 2013, p. 7)

A modernização (da agricultura e da agroindustrialização), a cientificidade, o uso de técnicas e de procedimentos modernos, e a busca por resultados econômicos geraram mudanças no modo de vida, nas práticas e no *ethos* de boa parte da agricultura familiar,

porque até então se tinha uma lógica de produção familiar, produção voltada pro consumo de forma manual, de forma limpa, saudável, e aí vem esse processo de modernização e destrói com tudo isso, destrói com a cultura, com a forma de produção, e vai dizendo como que as famílias têm que produzir, e que o que as famílias tão produzindo está atrasado, está... (Depoimento Grupo Focal, representante de movimento social)

Para além da concentração da produção e do êxodo rural e agrícola, outras consequências da modernidade começaram a se manifestar. Uma delas, bastante discutida nos anos 1980/90 foi a poluição ambiental causada pela suinocultura. Riscos, perigos e incertezas ambientais passaram a permear a produção agroindustrial de suínos. Neste contexto, na continuidade da aliança entre unidades familiares de produção, setor agroindustrial e Estado, e visando dar conta do risco resultante do avanço da ciência e do “impacto do industrialismo sobre o meio ambiente material” (GIDDENS, 1991, p. 111), a ação pública entrou em cena com o Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos. No entanto, algumas avaliações indicam que o Programa agravou a problemática ambiental e asseverou a modernização/seleção/exclusão de agricultores familiares da atividade (MIOR, 2005).

Outra expressão dos riscos da modernidade é a percepção de que a

agricultura moderna e os alimentos industrializados e ultraprocessados comprometem à saúde. Entre os agricultores e suas organizações existe o pensamento de que diversas doenças recorrentes na atualidade são fruto da vulnerabilidade a produtos químicos durante as práticas produtivas ou da presença destes nos alimentos *in natura* ou industrializados. Os depoimentos abaixo ilustram os receios das práticas agrícolas e alimentares modernas:

(...) e é usado muito veneno hoje também. Então o veneno é uma das coisas que mais está prejudicando a nossa saúde, porque eu também trabalhei um tempinho na área da saúde, a gente viu o câncer do esôfago, do pulmão, então a gente sabe que é através do veneno que está judiando muito, porque qualquer pedacinho de terra ali, coloca a máquina de veneno lá que é mais prático, vou jogar lá e pronto. Eles [os agricultores] não pensam que aquele veneno, com a enxurrada, está dentro da fonte de água dos pequenos agricultores. (Depoimento Grupo Focal, agricultora familiar)

(...) então essa deterioração da alimentação nos levou em um colapso da saúde no meio rural. (...). Então a gente fica muito surpreso com as doenças degenerativas dos agricultores, que estão sofrendo de osteoporose, artrite, artrose, hérnia de disco e curiosamente os de 70 [anos] estão chegando a ter artrose, os de 50 também e os de 30 também, hérnia de disco pra quem tem 30 anos no meio rural é normal. (Depoimento Grupo Focal, agricultor agroecológico e assessor em cooperativismo)

E daí nesse negócio de aditivo conforme tu trata uma criação ali já digo pra tu abater, pra tu carnear, pra tu usar a carne, ele já vem com produto que pode fazer mal à alimentação pras pessoas, que dá quantos tipos de doenças. (Depoimento Grupo Focal, agricultura familiar)

Enquanto os riscos nas sociedades tradicionais tinham suas causas primariamente na natureza, no infra-abastecimento de tecnologia e eram percebidos pelos sentidos, nas sociedades modernas os riscos fogem à percepção e residem em formulações físico-químicas. São invisíveis, baseados em interpretações causais e percebidos somente pela ciência. Conforme os entrevistados, “as pessoas estão sentindo os efeitos tóxicos daquilo [agrotóxicos], pena que quando sentem os efeitos, já estão com a saúde decadente” (depoimento Grupo Focal, agricultor agroecológico e assessor em cooperativismo).

(...) tem essa influência do agrotóxico, que as vezes é pouco falada, mas é muito importante porque vai afetar diretamente na saúde, que é um processo bastante, como é que posso chamar, silencioso, mas a gente vai percebendo quando vai ficando doente, então tem esses elementos, é, com relação aos alimentos.

(Depoimento Grupo Focal, professor universitário)

Deste modo, tanto a contaminação ambiental quanto o consumo de alimentos com agrotóxicos e ultraprocessados ilustram riscos “invisíveis” e “silenciosos”, cujas causas são modernas. “São um produto global da maquinaria do progresso industrial e são acentuados sistematicamente com seu desenvolvimento ulterior” (BECK, 1998, p. 28).

Diante desses riscos e incertezas da modernidade e da agricultura/agroindústria moderna, “novas” práticas produtivas e alimentares alternativas foram emergindo. Novos atores passaram a disputar as trajetórias de desenvolvimento rural para a região e a construir outras possibilidades críticas à modernidade.

A construção de alternativas críticas à modernidade e a atuação da ação pública

“Diferentes do padrão previsível dos anos dourados da modernização da agricultura” (MIOR, 2005, p. 111), desde os anos 1980, outras estratégias de desenvolvimento rural emergiram na região, algumas delas reforçando a tendência modernizante e globalizante (biotecnologia, agricultura de precisão, busca por mercados internacionais, fusões ou incorporação de firmas, entre outros), outras construindo práticas agrícolas e alimentares críticas à modernidade. “De um padrão tecnológico homogêneo, pelo menos como alvo a ser buscado, de acordo com os pressupostos da revolução verde, passa-se a reconhecer a existência de diferentes modelos de agricultura e agroindustrialização” (MIOR, 2005, p. 111). Poderíamos afirmar também que, como fazem Marques e Mello (2009, p. 1), “a mesma modernização, reinterpretada pelos agricultores familiares, contribui para o surgimento de novas heterogeneidades nos espaços rurais”.

Tais ações e práticas críticas à modernidade também contaram com o protagonismo de novos atores e ações públicas. A partir da “resistência ao projeto desenvolvimentista e de modernização da agricultura” (MELLO, 2009, p. 77), novos atores foram emergindo, como: a Apaco, o sindicalismo combativo, as cooperativas de Reforma, as organizações não governamentais apoiadoras da agricultura familiar e da agroecologia, e os movimentos sociais (Movimento de Mulheres Camponesas - MMC; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA) (MELLO, 2009; MIOR, 2005). A reorganização política implicou crítica à modernização e transformou a região em um “Celeiro de Movimentos Sociais” (PAIM, 2006). Agricultores familiares, essas organizações e atores governamentais passaram a construir novas estratégias e práticas. Poderíamos dizer que, em paralelo à “aliança” que continuou atuando após os anos 1980 (MIOR, 2003), novas relações e redes de ação pública

também foram construídas.

Uma dessas estratégias envolveu a produção de leite, agora articulada à criação de pequenas cooperativas (MELLO, 2009; MIOR, 2005). De uma produção destinada basicamente para o autoconsumo, passa-se a promover a comercialização em bases tecnológicas diferenciadas. “Desde o final da década de 1990 (...) os agricultores e seus sindicatos, alguns escritórios locais da Epagri, algumas ONG e o poder público local de alguns municípios passam a animar uma discussão em torno do tema relacionado à produção de leite pela agricultura familiar, com preocupação que a atividade não trilhe a mesma trajetória tecnológica da suinocultura (concentração e exclusão)” (MELLO, 2009, p. 189). Em termos de práticas produtivas busca-se adequar as tecnologias aos fatores produtivos das famílias (em várias delas com base na agroecologia) e evitar “a submissão à lógica do mercado” (MELLO, 2009). Em termos organizacionais, estimulou-se a formação de pequenas cooperativas que, por sua vez, culminou na Associação das Cooperativas e Associações dos Produtores Rurais do Oeste Catarinense (Ascooper). Assistência Técnica e Extensão Rural, políticas de infraestrutura e de pesquisa são algumas das ações públicas que permeiam essa iniciativa.

Outra estratégia foi a reconfiguração das práticas de processamento de alimentos nas propriedades da agricultura familiar. “O processamento de alimentos que se restringia à cozinha das agricultoras passa a ser valorizado como importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias rurais” (MIOR, 2005, p. 159). Similarmente, Schneider e Ferrari (2015, p. 58) afirmam que “se trata de produtos que até pouco tempo eram utilizados apenas para autoconsumo das famílias e faziam parte do repertório gastronômico e culinário das culturas alimentares dos agricultores descendentes de imigrantes de origem europeia”. Como asseguram Marques e Mello (2009), a chegada da modernidade não desintegrou os “velhos mundos” nem implica necessariamente descaracterização de um sistema cultural e social. Modernidade e tradição foram reajustadas às novas demandas do contexto. Nesse sentido, dos 49 questionários aplicados, observamos que a agroindustrialização caseira/colonial está presente em 34 estabelecimentos, e que em nove esta prática está direcionada para a comercialização. Produção de queijo, salame, torresmo, panificados, geleias, açúcar mascavo e melado são alguns dos produtos transformados. A qualidade industrial dos alimentos passou a ser questionada (em função dos riscos e incertezas discutidos na seção anterior) e “velhos” atributos (artesanal, caseira, agroindústria familiar e colonial) passaram a ser valorizados e atualizados.

Tanto para a agricultura familiar como para os consumidores

urbanos, tais produtos estão associados à nutrição, à saúde, a produtos saudáveis/naturais, e à memória afetiva de pertencimento à família, a um território, e a uma cultura alimentar (DORIGON; RENK, 2011). “Os consumidores, ao comprarem um queijo colonial, não compram um produto qualquer, mas, ao fazê-lo, renovam seus vínculos sociais e seu sentimento de pertencimento a certa cultura” (DORIGON; RENK, 2011, p. 109). Reinventado e assumindo a política no cotidiano (ou a subpolítica nos termos de Beck, 1998), tais práticas são também a manifestação do consumo político. Para Dorigon e Renk (2011, p. 105), “o produto colonial, (...) pode constituir-se em elemento de resistência, uma recusa à padronização dos produtos industrializados. Passa a haver uma procura por onde encontrar, o produto, na propriedade ou em feiras, num circuito informal entre consumidores com afinidade, na troca de informações, de onde encontrar o melhor, o mais genuíno dos produtos”.

É importante destacar que diversas ações e políticas públicas contribuíram para o fortalecimento dessa prática produtiva e alimentar. Mior (2005) salienta que, desde a década de 1980, a Ascaresc desenvolvia cursos de capacitação para as mulheres rurais objetivando o aproveitamento e as melhorias na alimentação da família. Na década de 1990, tais iniciativas se expandiram e tiveram início os cursos de indústria artesanal de leite e de carne suína visando à profissionalização e à comercialização. No final dos anos 1990, a esta ação somaram-se diferentes iniciativas dos governos estadual e federal (Programa de Apoio ao Agronegócio Catarinense; Programa Catarinense da Indústria de Pequeno Porte; Programa de Fomento e de Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira; criação do selo estadual “Sabor Colonial”; Programa de desenvolvimento da agricultura familiar catarinense pela verticalização da produção; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, especialmente a linha Pronaf Agroindústria; e mudanças na legislação sobre vigilância sanitária e agroindustrialização artesanal) (MELLO, 2009; MIOR, 2005).

Outra prática produtiva e alimentar consiste na produção baseada nos princípios da agroecologia e no estabelecimento de feiras agroecológicas. Das 49 famílias entrevistadas, 12 produzem de maneira agroecológica/orgânica, oito em sistema misto (convencional e agroecológico), e seis gostariam de mudar o sistema de cultivo para a agroecologia. As razões para a produção agroecológica e para tal mudança estão, em grande medida, associadas aos riscos à saúde oriundos da agricultura moderna. Para “não ficar respirando agrotóxico”, “por causa dos venenos” e “quem passa veneno não é saudável” são alguns dos argumentos utilizados pelos agricultores

para justificar a produção agroecológica. Também um agricultor familiar destacou a possibilidade de um nicho de mercado. Em seus termos, a produção agroecológica foi estabelecida “para se diferenciar” dos demais agricultores que vendem na feira.

O estímulo à produção agroecológica teve início na região nos anos 1990, envolvendo um “processo de transição gradativa, no qual tem papel decisivo a contextualização do conhecimento ambiental entre produtores e sua capacitação em técnicas e processos de produção que não causem impactos negativos ao ambiente, promovam a recuperação dos solos e preservem os mananciais” (FERRARI, 2011, p. 139). No final da década de 1990, com o apoio da ação pública, tal prática ganhou incentivos para comercialização. Em 1997, iniciou-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Chapecó, entidades de pequenos produtores rurais, a Epagri e associações comunitárias, que culminou no Programa Municipal de Feiras Agroecológicas (FERRARI, 2011). Em 2011, existiam dez espaços com feiras livres para comercialização de produtos coloniais e agroecológicos no município (FERRARI, 2011).

A busca das feiras e de outros circuitos curtos de comercialização significa também a construção de margens de manobras dos agricultores e dos consumidores diante da padronização e da globalização do sistema alimentar. Para a agricultura familiar, significa tentativas de “capturar uma fatia maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos”, bem como recuperar e revalorizar processos artesanais, tradições e modos de fazer, e construir uma reprodução social em bases mais autônomas (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 57). Para os consumidores, significa a expressão da busca por alimentos vistos como mais saudáveis e de qualidade diferenciada (mais artesanais, com menos produtos químicos etc.). Como mencionam Schneider e Ferrari (2015, p. 57), “as cadeias curtas se assentam na conexão direta entre produtores e consumidores permitindo ressocializar e reespacializar o alimento a partir do âmbito local e constituindo mercados emergentes enraizados na tradição, origem, natureza ou modo de produção.” Trata-se de “uma forma de resistência para as forças desenraizadoras da globalização, permitindo a regiões encontrar nichos para alimentos que apelam aos consumidores não sobre as bases da competitividade em preços, mas em termos de suas qualidades ecológicas, morais e estéticas” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 61).

Para além do apoio à agroindustrialização artesanal/colonial e às feiras, a ação pública também tem fortalecido os circuitos curtos de comercialização por meio das compras públicas, nomeadamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Articulando a produção da agricultura familiar com as demandas alimentares de escolares e da população em

situação de vulnerabilidade, ambos os programas valorizam práticas produtivas e alimentares tradicionais que realocizam a comida nos territórios. Mandioca, hortaliças, frutas, panificados, doces de frutas (bananada) e sucos são alguns produtos comercializados para os mercados institucionais. Não raro, trata-se de produtos característicos da produção para o autoconsumo, cultivados em pequenas quantidades, em áreas próximas a casa ou não usadas para os cultivos comerciais principais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2014). Conforme observado por uma agricultora entrevistada,

o PAA e o Pnae começam a valorizar essa produção pra além da produção pro autoconsumo, né, que aí o excedente dessa produção pro agricultor, a mulher camponesa pode produzir, visualizando uma renda né, então isso, de certa forma contribuiu com a alimentação. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

Não por acaso, as famílias que comercializam para o PAA e Pnae apresentam estimativas de economia mensais com o autoconsumo (cerca de R\$ 1.000,00 e R\$ 1.150,00, respectivamente) superiores às daquelas que não comercializam para as referidas políticas públicas (R\$ 800,00 e R\$ 740,00, sucessivamente) (Quadro 2, na seção seguinte).

Outra prática produtiva e alimentar encontrada na região refere-se justamente à manutenção da produção para autoconsumo. Aqui não é algo novo, mas é a manutenção e a ressignificação da tradição como um elemento de resistência à modernidade. Como afirma Giddens (1991, p. 14), “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte”. Embora alguns depoimentos apontem para mudanças nesta prática (como a redução da produção de panificados para o autoconsumo em detrimento da aquisição em mercados e a redução da diversidade de produção cultivados e/ou animais criados), sua presença é unânime nos estabelecimentos pesquisados. Conforme indica a pesquisa de campo, todas as 49 famílias de agricultores familiares declararam manter a produção para o autoconsumo e estimam economizar, em média, R\$ 850,00 (cinco famílias estimaram economia de R\$ 2.000,00/mês). O Quadro 1 apresenta o valor médio, em reais, que as diferentes categorias da agricultura familiar economizam por mês por produzirem alimentos para o autoconsumo. Ainda que importante para todas as configurações da agricultura familiar na região (Quadro 1), os valores mais expressivos na estimativa do valor economizado encontram-se nas famílias que comercializam os alimentos em circuitos curtos com foco em produtos agroindustrializados, sendo este de R\$ 1.227,50/mês.

Quadro 1 – Diferentes configurações da agricultura familiar e estimativa de economia decorrente da produção para autoconsumo

Categorias de agricultores familiares	nº famílias	Média de economia (R\$) Produção para o autoconsumo
Indígenas	4	833,25
Pobres	9	746,67
Integrados	9	756,67
Convencionais	8	737,50
Circuitos Curtos – agroindústrias	8	1.227,50
Circuitos curtos – demais	11	794,27
Total de famílias	49	849,57
Multilocalizada	24	831,96
Monolocalizada	25	868,77
Total de famílias	49	849,57

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de informações da pesquisa de campo (2018).

As razões para a realização da produção para o autoconsumo perpassam a reprodução da tradição, a economicidade (“É bem bom, porque é caro comprar tudo”) e a minimização aos riscos alimentares. As unidades familiares preferem produzir seus alimentos ao invés de comprá-los em virtude de que assim “a gente sabe o que come”, “porque a gente está produzindo e sabe o que está comendo. O que se compra não se sabe se é puro”, “por que tem doença? Por causa da comida do mercado”. Embora usem agroquímicos nos cultivos comerciais, ao produzir seus alimentos, geralmente, as famílias não utilizam agrotóxicos ou outros produtos químicos que possam apresentar risco à saúde.

Associadas à produção para o autoconsumo e como estratégia de resgate da biodiversidade e de tradições culturais, restabelecendo vínculos com o território e com a natureza, observamos algumas iniciativas de recuperação e plantio de sementes tradicionais ou crioulas. Espécies de trigo e arroz consideradas crioulas são exemplos neste sentido. O depoimento que segue é ilustrativo:

Eu consegui uma semente de arroz e a gente plantou. Aí o meu esposo fez um pilão e daí começou a socar arroz. Aí todo mundo que ia almoçar com a gente, servia esse arroz né, daí a gente foi

distribuindo a semente e hoje já tem mais de 15, 20 moradores que já estão produzindo o arroz pra consumo deles e não estão comprando. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

O MMC, com seu Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças iniciado em 2002, é um dos atores protagonistas nesse processo. Ao analisar a atuação das mulheres vinculadas ao movimento social no Oeste de Santa Catarina, Adão, Stropasolas e Hötzel (2011, p. 191) afirmam que “além de promover uma alimentação mais diversificada, o resgate e a valorização das sementes crioulas têm contribuído para a manutenção da agrobiodiversidade, ameaçada pelas consequências advindas da padronização das sementes comercializadas”.

A exemplo das sementes crioulas, também tem sido emblemática a revalorização das plantas medicinais. Com efeito, das 49 famílias entrevistadas, 20 cultivam plantas medicinais e algumas agricultoras realizaram cursos profissionalizantes em fitoterapia. Além do consumo doméstico, as plantas e os remédios manipulados são usados em trabalhos comunitários e comercializados nas feiras (MARQUES; MELLO, 2009). Há uma rede de atores (agricultores, extensionistas, pesquisadores, professores universitários, técnicos de ONG, movimentos sociais, membros de sindicatos e consumidores) envolvidos no apoio à atividade. Tais ações culminaram em um Programa Municipal de Fitoterapia (Chapecó), que funcionou por quatro anos. Posteriormente, “em função de disputas políticas locais”, o Programa foi desativado, mas “o acúmulo de conhecimento e a ampliação de redes sociais ‘extraoficiais’ são resultados residuais visivelmente consolidados” (MARQUES; MELLO, 2009, p. 13).

Cabe mencionar que esses processos “contra-hegemônicos”, apesar de mobilizarem uma fração pequena do negócio agroalimentar da região e serem considerados promotores de autonomia, são hostilizados, encontram resistência ou são reapropriados pelo grupo de interesse ligado ao setor empresarial. Nesse sentido, citamos que no município de Planalto Alegre houve denúncias contra a Casa Colonial, que teria vendido produtos sem o Selo de Inspeção Federal (SIF), desconsiderando a existência de inspeção estadual ou municipal e levando ao fechamento temporário da pequena venda. Semelhante a este caso, em Seara, a casa Colonial foi alvo de fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual, que recolheu produtos, como queijo e vinho, sem considerar alguns aspectos das legislações vigentes.

A atuação heterogênea da ação pública nas práticas produtivas e alimentares no Oeste de Santa Catarina

Se, como vimos, a modernidade é um fenômeno de dois gumes e o seu “sucesso” levou à emergência de práticas produtivas e alimentares críticas ao seu transcurso, o mesmo podemos observar e afirmar da ação pública. Por um lado, a agricultura modernizante e orientada à globalização (ainda que, por vezes, usando estratégias de realocização alimentar) (SCHNEIDER; FERRARI, 2015) foi impulsionada e ocupa um espaço econômico relevante na região devido à atuação da ação pública. Políticas cambiais e comerciais (p. ex., Lei Kandir), políticas de infraestrutura, política de crédito agrícola e agroindustrial, pesquisa agropecuária e expansão do Ensino Superior são alguns dos exemplos dessas ações. Como salienta Rover (2009, p. 112): “Nos tempos recentes, o Estado não deixou de apoiar ou ter ação estrutural junto a setores empresariais, seja em agroindústrias de grande ou menor porte, seja na construção de hidrelétricas, ou em outros setores empresariais.”

Por outro lado, como visto, a ação pública fomentou um conjunto de projetos, estratégias e práticas críticas à modernidade, à modernização da agricultura e à globalização. Com o processo de redemocratização do país, o fortalecimento de ONGs e movimentos sociais, a visibilidade às problemáticas ambientais e com o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar em meados da década 1990, uma miríade de ações públicas visando à promoção do desenvolvimento rural sustentável e à reconstrução da autonomia da agricultura familiar foi delineada.¹⁰ Considerações críticas aos processos de desenvolvimento e às formas de atuação do Estado foram emergindo, reclamando outras iniciativas e políticas públicas. A ação pública tornou-se heterogênea (embora as distintas ações não tenham “os mesmos pesos e medidas”) e, por vezes, contraditória.

A pesquisa agropecuária, a extensão rural e a expansão do Ensino Superior são exemplos emblemáticos neste sentido. Durante a pesquisa de campo, diversos depoimentos ressaltaram o papel da extensão rural na difusão e na transferência de tecnologias modernas, em paralelo a um conjunto de ações de valorização da agroindústria familiar colonial, da agroecologia, das plantas medicinais e de alimentos tradicionais. O

¹⁰ Das 49 famílias entrevistadas, 46 acessaram algum tipo de política pública (política de apoio à produção, de transferência de renda, de melhorias nas condições de vida). Para ilustrar, 25 famílias acessaram o Pronaf, 10, o PAA, 13, o Pnae, 20 distribuição de sementes, 35 a Ater, 20 a Previdência Social e 8 o Programa Bolsa Família. As famílias que acessaram o Programa Bolsa Família e/ou que são indígenas, acessaram uma média de 0,5 e 0,66 políticas públicas. Nas demais famílias (integrados, convencionais, circuitos curtos-agroindústrias, circuitos curtos-demaís), esses números foram um pouco mais elevados, variando de 2,55 a 3,5 políticas públicas. Similarmente à diversidade interna ao último grupo, também não foram observadas diferenças expressivas entre famílias multilocalizadas (2,54 políticas) e monolocalizadas (2,08 políticas públicas).

mesmo poderia ser dito para o Ensino Superior (caso da agronomia, por exemplo) que, ao mesmo tempo que promove as práticas e técnicas modernizantes (agricultura, agroindustrialização etc.), tem ações direcionadas para a agroecologia, circuitos curtos, diversificação produtiva, segurança alimentar e nutricional etc. O depoimento abaixo sobre a extensão rural e a expansão das universidades ilustra esses tensionamentos:

(...) com a Revolução Verde você inicia uma extensão rural que (...), mas era uma extensão direcionada pra agroindústria e hoje se questiona muito dentro da Universidade né, a necessidade de você rever essa extensão (...) eu queria destacar o REUNI, né, a expansão das universidades, que criaram cursos que, por mais que a gente sabe que não são perfeitos, tem muito o que melhorar, mas eles contribuem sim na mudança de perspectiva né, mudança de percepção né, cultural, que a gente comentava nas questões anteriores, que vai reverter uma maior demanda por produtos mais saudáveis, então é um pouco nesse sentido, então os cursos de agronomia mais voltados, ou pelo menos uma tendência pra serem voltadas mais pra agricultura familiar né, o curso de nutrição né, (...), e os projetos desenvolvidos nessas Universidades. (Depoimento Grupo Focal, agricultora integrante de movimento social)

Outro exemplo são as regras e normativos da agroindustrialização colonial e o papel das agências responsáveis pela vigilância sanitária. Embora os avanços ocorridos em âmbito federal e estadual no sentido de incorporar as especificidades da agricultura familiar e de garantir a qualidade alimentar, tais regras e normativos ainda provocam tensionamentos na agroindustrialização colonial/artesanal. Com frequência, sobre a categoria social recaem normativos e enquadramentos que, pautados em valores industriais, ameaçam práticas tradicionais que balizam os produtos artesanais e coloniais. Não raro, as regras da Vigilância Sanitária impõem ingredientes, métodos e orientações que alteram as práticas produtivas e alimentares e descaracterizam os produtos dos territórios. Dorigon e Renk (2011) relatam que mudanças no formato dos queijos, as exigências de pasteurização no leite e de adição de conservantes nos derivados de suínos ameaçaram características da tradição: "(...) devido às exigências do serviço de inspeção sanitária, as agroindústrias estavam se aproximando das agroindústrias convencionais, resultando em quedas nas vendas" (DORIGON; RENK, 2011, p. 111). No município de Planalto Alegre também verificamos exigências diferenciadas para a agricultura familiar em relação à regulamentação sanitária, dificultando sua inserção no mercado. O depoimento abaixo complementa a análise, apontando as contribuições heterogêneas da vigilância sanitária,

um ponto é a vigilância, que ela contribui positivamente e também

negativamente [para mudanças alimentares], os dois pontos, porque eu acho que ela tem o trabalho dela que é fiscalizar e tu tem que apresentar o produto bom, mas, agora, tem uns termos que tu não pode, porque não tem registrado, o ovo caipira na feira, vender na feira. Porque tu não tem uma galinha caipira com abatedouro, tudo formado, tu tem que vender galinha caipira escondido. Queriam proibir nós de levar o pão com o fermento de batatinha pra vender, que nós assamos na palha de milho pra vender na feira... (Depoimento Grupo Focal, representante de ONG agroecológica)

Mesmo nas políticas específicas para a agricultura familiar, tais heterogeneidades e contradições estão presentes. O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é emblemático neste sentido. De acordo com diversas análises, o Pronaf vem estimulando “mais do mesmo” nas práticas agrícolas, ao financiar principalmente a produção de *commodities*, orientadas em tecnologias modernas e na especialização (GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; 2005). Contudo, o Programa também tem apoiado a produção de alimentos básicos, a diversificação dos produtos e a agroindustrialização (GRISA; WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). Conforme dados dos questionários, 25 famílias acessaram o Pronaf e este tem apoiado tanto aquelas no sistema de integração de suínos e aves (6) quanto agricultores que produzem grãos e leite (5), ou ainda aqueles que agroindustrializam produtos coloniais (7) ou participam de feiras e mercados institucionais (7). Em termos de efeitos sobre prática da produção para o autoconsumo, a presença ou não do Programa igualmente não se mostrou relevante nos estabelecimentos, conforme mostra o Quadro 2. Assim, como Gazolla e Schneider (2013, p. 47), observamos que “o Pronaf está imerso em uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que é um Programa que apoia e estimula os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incita as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento”. O depoimento também é elucidativo neste sentido:

Então eu acho que o Pronaf, ele influenciou muito na alimentação (...) pra nós consolidarmos estratégias daquilo que era uma alimentação mais adequada nos termos de aspecto cultural, seja mais industrializado ou natural... mas a grande parte do PRONAF favoreceu a piorar a alimentação das propriedade, porque conseguiu dar acesso pro cara produzir só soja, ou só leite e abandonou o restante, porque a matemática do Pronaf é tão (...) ele aumentou mais tratores, mais máquinas, mais venenos e mais soja, inclusive quem tem 4 hectare hoje quer plantar soja, não quer nem plantar milho mais né, está acabando as vacas, é o caso de Seara né, o pessoal abandonando as vacas pra plantar soja. (Depoimento Grupo Focal, agricultor e assessor de cooperativismo)

Quadro 2 – Valores médios da produção para autoconsumo e diversidade produtiva de acordo com o acesso ou não às políticas públicas

Políticas Públicas	nº famílias	Acesso à PP – Autoconsumo médio/mês (R\$)	Acesso à PP – Média de tipos de produtos produzidos	Não acesso à PP – Autoconsumo médio/mês (R\$)	Não acesso à PP – Média de tipos de produtos produzidos
Pronaf	25	881,20	12,1	811,90	12,7
PAA	10	1.002,00	14,7	807,22	11,7
Pnae	13	1.142,85	14	738,22	11,7
Distribuição de sementes	20	933,50	13,6	785,00	11,5
Ater	35	891,18	12,6	731,67	11,8
Bolsa Família	8	855,50	13,5	848,68	12,1
Previdência Social	20	908,50	13,6	804,23	11,5

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Também procuramos explorar se outras políticas, notadamente aquelas de transferência de renda (Previdência Social e Programa Bolsa Família), produziam mudanças nas práticas produtivas e alimentares da agricultura familiar, suplantando hábitos e tradições e introduzindo valores e práticas modernos. Novamente aqui as respostas foram controversas. Alguns depoimentos de mediadores e igualmente de beneficiários da Previdência Social sinalizaram para possíveis efeitos no sentido de redução da produção de alimentos para o autoconsumo: “eles [os aposentados] não fazem mais, eles compram tudo, eles compram pão, eles compram bolacha, eles compram cuca, a massa, eles compram tudo”; “compro cenoura, brócolis, tomate, coisas que estaria produzindo se não tivesse renda” e “a gente compra mais comida pronta, pois não tenho mais saúde para fazer hoje, não consigo mais cortar lenha”. Neste último caso, a Previdência Social funciona como um mecanismo para dar mais conforto e diminuir a penosidade vivida por famílias rurais. Também há interpretações similares de mediadores sobre o Programa Bolsa Família:

O Bolsa Família nós já falamos, ele influenciou sim, principalmente as pessoas extremamente excluídas que não tinham essa renda, mesmo que seja 100 reais favoreceu mais pra comprar mais bolacha da (...) Bauduco, minimamente um pacote de farinha processada, então isso assim, mas as vezes no custo do abandono daquilo que se fazia que era fazer a farinha de mandioca em casa, os amidos, a comida mais caseira. (Depoimento Grupo Focal, agricultor e assessor de cooperativismo)

No entanto, outras interpretações apontam para a influência positiva no

sentido de melhorar a renda e a qualidade de vida. Com a garantia de renda, as famílias poderiam assegurar melhor acesso aos alimentos (via aquisição nos mercados, ainda que sem impactar sobre a produção para o autoconsumo). Para uma entrevistada aposentada, a Previdência “ajudou a comprar frutas que a gente não tinha, mamão, abacate”. Uma família indígena também citou que, com a aposentadoria, “não mudou nada na alimentação, mudou que não preciso trabalhar mais fora” [em outros estabelecimentos como diarista].

No caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família, este foi apontado como fundamental para o acesso à alimentação. Ainda que a produção para o autoconsumo seja uma prática recorrente entre as famílias em situação de vulnerabilidade social (TECCHIO, 2017; 2012; TECCHIO; CAZELLA; MATTEI, 2011) e o principal destino dos cultivos e criações realizados pelas famílias, ela geralmente envolve poucas quantidades e é insuficiente para atender as demandas alimentares. Nesse contexto, os recursos do Programa Bolsa Família tornam-se fundamentais para a reprodução social: “mudou tudo”, “é o principal instrumento para ter acesso à alimentação”. Outras beneficiárias também assim se manifestaram: “afetou muito para comprar alimentos para as crianças e material”, “Claro! Não é muito, mas ajuda porque não posso trabalhar”, ou ainda, “Ajuda a comprar o que não se produz” e “Sim, fiquei um ano sem receber e nesse período não foram [consumidos] alimentos tão variados”.

Confluyente com essas interpretações divergentes, os dados dos questionários não mostram diferenças estatísticas no valor estimado pelas famílias beneficiárias (R\$ 908,00 e R\$ 855,00, respectivamente) e não beneficiárias da Previdência Social e do PBF (R\$ 804,00 e R\$ 848,00 sucessivamente) em relação à produção para o autoconsumo. Entre as políticas públicas, as diferenças mais significativas foram observadas nos casos dos Programas PAA, Pnae (como já mencionado anteriormente) e Ater (Quadro 2). Em relação a este último, as famílias que receberam Ater estimaram economia de R\$ 891,18 e, aquelas não beneficiárias, R\$ 731,67.

De uma maneira mais ampla, a pesquisa também procurou indagar se o conjunto de políticas públicas que a família acessava interferia nas suas práticas produtivas e alimentares.¹¹ Acompanhando os resultados já citados, as respostas dos questionários foram diversas. Parte dos entrevistados não observou influência da ação pública nas práticas produtivas e alimentares, e parte apontou que as políticas oportunizaram a acesso à alimentação diferenciada: “melhorou a renda e ajuda a comprar mais coisas, enquanto vou tentando produzir e consumir só

¹¹ De modo a verificar, a pesquisa também analisou se diferentes arranjos de políticas públicas (*policy mix*) produziam efeitos distintos sobre a produção para autoconsumo e a diversidade produtiva. Os resultados não apontaram diferenças significativas entre as diversas combinações de políticas públicas.

agroecológico”, e “passamos a tomar mais café, porque eu posso comprar orgânico, porque temos uma condição melhor”.

Desse modo, confluyente com a afirmação realizada no início dessa seção, observamos que a ação pública pode, por um lado, promover práticas produtivas e alimentares modernizantes e globalizantes que, ainda que aumentem a produção e a produtividade, ameaçam a diversidade alimentar, substituem tradições e provocam riscos e incertezas alimentares decorrentes da ciência e do progresso técnico. Por outro lado e, em grande medida, fruto do avanço das práticas citadas, a própria ação pública auxilia a erigir um conjunto de práticas produtivas e alimentares alternativas que, ressignificando a tradição, produzem ações heterogêneas na região. Longe de situarem-se apenas no âmbito da dualidade política que caracteriza o meio rural brasileiro (agronegócio e agricultura familiar), tais controvérsias, e por vezes contradições da ação pública, encontram-se permeadas igualmente nas políticas públicas para a agricultura familiar. Em outras palavras, o mesmo Estado que produziu riscos, ameaças e incertezas produtivas e alimentares, também contribui para a segurança alimentar e nutricional na região. Partindo da abordagem da ação pública, podemos levantar a hipótese de que essas diferentes trajetórias dependem dos distintos arranjos de atores que, em conjunto com o Estado, o colocam em ação.

Referências bibliográficas

- ADÃO, N. M. L.; STROPASOLAS, V. L.; HÖTZEL, M. J. Movimento de Mulheres camponesas e a sementeira de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense. *Interthesis*, v. 8, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2011v8n2p160>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BEBER, A. M. C.; GASTAL, S.; MENASCHE, R. Práticas alimentares como narrativa da interação cultural no Turismo Rural. *International Journal of Scientific Management Tourism*, v. 4, n. 2, p. 181-196, 2018.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona/Buenos Aires/ México: Paidós, 1998.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A. et al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 11-71.

- CORAZZA, G. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. *Fronteira Sul – Ensaios socioeconômicos*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2016. p. 59-90.
- D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 141-2019, 1995. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2106>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011.
- FERRARI, D. F. *Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49829>. Acesso em: 5 mar. 2019.
- FERRARI, D. F. *Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina*. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286191/1/Ferrari_DilvanLuiz_M.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.
- FUJITA, C. Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste de catarinense. *GEO UERJ*, v. 24, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6918>. Acesso em: 10 mai. 2019.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003. Acesso em: 25 mar. 2019.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 73-133.
- GOULART, S. S. Terras indígenas no Oeste Catarinense. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 39-46, 2009.
- GRISA, C.; WESZ JR., V.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, 2014. Disponível em: <https://revistasober.org/>

- article/doi/10.1590/S0103-20032014000200007. Acesso em: 20 jan. 2019.
- HASSENTEUFEL, P. *Sociologie politique: l'action publique*. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2008.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. et al. (Orgs.). *Agricultura e políticas públicas*. Série IPEA 127. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-123.
- KLANOVICZ, J. Kaingáng e Xoklém do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3330-3333, 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9032>. Acesso em: 30 mar. 2019
- LAGROYE, J.; FRANÇOIS, B.; SAWICKI, F. *Sociologie politique*. Paris: Dalloz Presses de Sciences Po, 2002.
- LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2009.
- MARQUES, F. C.; MELLO, M. A. Produção de novidades: “desvios” da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Sober, 2009.
- MASSARDIER, G. *Politiques et actions publiques*. 2. ed. Paris: Armand Colins, 2008.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MELLO, M. A. *Sementes brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina*. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22663>. Acesso em: 5 mai. 2019.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Unochapecó, 2005.
- OLIVEIRA, P. D. *A rede urbana no extremo oeste catarinense: uma reflexão sobre sua formação*. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175317>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- PAIM, E. A. Aspectos da constituição da região oeste de Santa Catarina.

- SACULUM – *Revista de História*, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, 2006.
- POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 19, n. 23, p. 149-187, 2006. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2103>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- POLI, O. L. Camponeses no Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 11-62, 2001. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1979>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- RENK, A. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.
- ROVER, O. Gestão política e desenvolvimento na região oeste de Santa Catarina. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 30, p. 101-117, 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/453>. Acesso em: 5 mai. 2019.
- SCHATZKI, T. Practice, governance and sustainability. In: STRENGERS, Y.; MALLER, C. *Social practices, intervention and sustainability: beyond behaviour change*. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 15-30.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (Org.). *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília: MDS, 2014. p. 114-151.
- SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, C. L. (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e preposições de análise para o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2012. p.15-38.
- TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado (SC). *Raízes*, Campina Grande, v. 31, n. 2, p. 68-81, 2011. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_272.pdf. Acesso em: 18 ago. 2018.
- TECCHIO, A. *Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/>

- handle/123456789/99407. Acesso em: 20 jan. 2019.
- TECCHIO, A. *Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado* (SC). 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popu_p=true&id_trabalho=5288166. Acesso em: 20 jan. 2019.
- TEDESCO, A. L.; EIDT, P. A transformação do Ethos no Oeste de Santa Catarina. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 39, p. 217-227, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeba/article/view/341>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- VALENTINI, D. J.; RADIN, J. C. Camponeses no sertão catarinense: a colonização da região Contestado nas primeiras décadas de século XX. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: ANPUH, 2011.
- WARDE, A. What sort of a practice is eating? In: SHOVE, E.; SPURLING, N. *Sustainable practices: social theory and climate change*. Londres: Routledge, 2013. p. 17-30.
- WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013. p. 147-162.
- GRISA, Catia; TECCHIO, Andréia; CHECHI, Leticia Andrea; SABOURIN, Eric. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 28, n. 1, p. 78-108, fev. 2020.

Resumo: (As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade). A região do Oeste de Santa Catarina se integrou à “modernização da agropecuária” a partir da década de 1950, por meio da agroindustrialização de alimentos, tendo como protagonistas o Estado, a sociedade civil e o mercado, que atuaram nos níveis nacional, estadual e municipal. Baseado na sociologia da ação pública, o objetivo deste artigo consiste em verificar como as políticas públicas promoveram a

modernidade e como ações e políticas públicas mais recentes reforçam ou delineiam novos padrões e trajetórias de desenvolvimento rural e influenciam práticas produtivas e alimentares. A coleta de dados associou revisão bibliográfica e pesquisa de campo. Em 2018, foram realizados dois grupos focais, 13 entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e mediadores de sete organizações atuantes na região, e foram aplicados 49 questionários em domicílios rurais localizados em Chapecó e nove municípios vizinhos. Os resultados da pesquisa indicam que a modernidade levou uma parcela significativa de agricultores familiares a produzirem menos alimentos para o autoconsumo e a consumirem mais alimentos industrializados e ultraprocessados, além de ter provocado concentração da produção, êxodo rural e poluição ambiental. Diante desses riscos e incertezas, “novas” práticas produtivas e alimentares emergiram e novos atores passaram a construir alternativas à modernidade. As “novas” estratégias produtivas consistiram na agroindustrialização de alimentos, na produção agroecológica, no resgate da biodiversidade, na criação de feiras e na manutenção da produção para o autoconsumo, apoiadas por diversas ações e políticas públicas. O mesmo Estado que produz riscos, ameaças e incertezas produtivas e alimentares, também contribui para a segurança alimentar e nutricional na região.

Palavras-chave: ação pública; modernidade; práticas produtivas e alimentares.

Abstract: (*The productive and food practices in rural space of western Santa Catarina: public action in the search for and critique of modernity*). The western region of Santa Catarina was integrated to the “modernization of agriculture” in the 1950s, through the agro-industrialization of the food system, having as protagonists the State, civil society and the market, which acted at the national, state and municipal levels. Based on the sociology of public action, the objective of this paper is to verify how public policies promoted modernity and how the more recent public actions and policies reinforce or delineate new patterns and trajectories of rural development and influence productive and food consumption practices. The methodological procedures consisted of literature review and field research. In 2018, we conducted 13 semi-structured interviews with public managers and mediators from seven organizations operating in the region, two focus groups and 49 questionnaires with family farmers located in Chapecó and nine adjacent municipalities. The results indicate that modernity has led a significant portion of family farmers to produce less food for self-consumption and to consume more industrialized and ultra-processed foods, besides causing concentration of production, rural exodus and environmental pollution. Faced with these risks and

uncertainties, “new” food and production practices emerged, and new actors began to build alternatives to modernity. The “new” production strategies consisted of food agro-industrialization, agroecological production, biodiversity restoration, creation of fairs, and the maintenance of production for self-consumption, supported by various actions and public policies. The same State that produces productive and food risks, threats and uncertainties, also contributes to food and nutritional security in the region.

Keywords: public action; modernity; productive and food practices.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.